SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

ATA NÚMERO 01

19 DE FEVEREIRO DE 2016

---------Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 40.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:----------

---------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**----------

— **Leitura e apreciação do expediente**.----------

---------Foi dado a conhecer o Relatório Anual de Atividades da CPCJ.----------

— **Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**.----------

---------O Senhor Presidente da Mesa pergunta aos Senhores Membros se têm algo a dizer de interesse para o Município.----------

---------Pediram a palavra os Senhores;----------

---------**Presidente da Câmara Municipal:** Informa que tem uma reunião na CIM Viseu Dão Lafões, com a CCDR, e que devido a isso, se encontra presente para o Período Antes da Ordem do Dia, para qualquer questão que lhe queiram colocar antes de se ausentar para Tondela.----------

---------Prestou algumas informações, referindo que esteve nas Infraestruturas de Portugal por causa da E.R. 225, que se encontra em fase adiantada no tratamento para ser requalificada. Quanto à Nova ETAR de Castro Daire, informa que chegou o termo de aceitação. Em relação aos aos mapeamentos, dá conhecimento que abriram os avisos, mas só abriram para uma obra - requalificação da Igreja da Ermida.----------

---------Dado que ninguém quis apresentar questões ao Senhor Presidente da Câmara, este ausentou-se da Sessão da Assembleia, devido a assuntos relacionados com o Município, sendo representado pelo Senhor Vice-Presidente.----------

---------**João Cândido da Silva Henrique:** Refere que os Bombeiros de Castro Daire se encontram a atravessar uma fase bastante complicada quer em termos financeiros, quer em termos de instalações. Em termos financeiros, os Bombeiros Voluntários herdaram uma dívida de mais de 200.000 euros. Na questão das infraestruturas – edifícios – o quartel encontra-se em muito mau estado, chovendo, inclusive, em todo o edifício. Era neste sentido que gostaria que todas as forças políticas, que se encontram representadas na Assembleia e aquelas que não estão, que os pudessem ajudar. E essa ajuda só é possível se todos estiverem a remar na mesma direção. Continua, dizendo que não há uma força política que seja dona dos Bombeiros e nenhuma força política se pode excluir ou auto-excluir de não ser dona dos Bombeiros. Todos somos um bocadinho donos, um bocadinho patrões e um bocadinho empregados dos Bombeiros. Refere, ainda, que os

Bombeiros têm uma candidatura para o Programa 2020. É uma candidatura para requalificar o quartel. Informa que os Bombeiros Voluntários de Castro Daire pretendem realizar um cortejo no dia 24 de abril. Pede a colaboração de todos os presentes para levar a efeito este cortejo. Tem conhecimento que alguns dos Presidentes da Junta já foram contactados e que estão disponíveis para os ajudarem, como sempre estiveram. Mas precisam das forças vivas da terra e que toda a gente pudesse colaborar e se sentisse integrada neste movimento, não se sentisse excluída. A Câmara, os vários eleitos camarários, têm sido sempre generosos para com os Bombeiros. Este Executivo não fica atrás, e as Juntas de Freguesia também têm sido generosas. Sugere que as pessoas fossem visitar o quartel dos Bombeiros, que vissem o que se faz no quartel, enquanto forças políticas, enquanto pessoas individuais, no sentido de tomarem conhecimento da realidade.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Refere que os Bombeiros podem contar com o apoio da Câmara Municipal de Castro Daire, dentro das suas contingências orçamentais. Percebe que haja a necessidade de ser efetuada uma candidatura para a requalificação do quartel. Os Bombeiros de Castro Daire e os Bombeiros de Farejinhas são o suporte da Proteção Civil Municipal. Sem os Bombeiros de Castro Daire e os Bombeiros de Farejinhas, teriam alguma dificuldade no socorro às pessoas e aos bens das mesmas. Termina, dizendo que, do que depender do município, estarão à disposição dos Bombeiros para que a candidatura avance.----------

---------**Presidente da Junta de Freguesia de Pepim:** Refere-se ao fontanário da Ponte Pedrinha, na Nacional 228, para dizer que tem pedido à Câmara Municipal para fazer uma intervenção naquele local. Nunca foi possível, apesar de terem ajudado em algumas coisas. No seguimento disso tudo, em dezembro descarregaram uns camiões de terra, e ficou lá um lamaçal. Enviou um ofício às Infraestruturas de Portugal e a resposta que deram foi a seguinte: "*Na sequência da reclamação apresentada no dia 9/12/2015, as Infraestruturas de Portugal, S.A., têm a informar o seguinte: relativamente à área envolvente à IPSA, apenas se prevê realização de trabalhos de limpeza de vegetação, não está previsto nenhum outro tipo de arranjo da parcela. No que diz respeito ao abastecimento da água, ou seu controlo, não compete à IPSA, uma vez que não tem responsável pelo abastecimento, não é responsável pelo abastecimento do fontanário, sendo brevemente colocada uma placa informativa de água não controlada*". A Junta de Freguesia de Pepim tem vindo a fazer análises, como nas outras fontes públicas da freguesia, e estas têm dado sempre água potável. Gostava que a Câmara o pudesse informar acerca de quem é o responsável pelo fontanário. Seguidamente, refere-se às obras envolventes à Igreja de Pepim, dizendo que a Junta teve várias reclamações relacionadas com estas duas intempéries fortes, por parte dos representantes da Igreja. Houve inundações no adro da Igreja, cemitério, terrenos de particulares e da Igreja. Isso tem tudo a ver com aquelas obras no local. Têm uma valeta que tem uma média de 3 metros de profundidade com estas águas. Passa lá um autocarro todos os dias com crianças. Espera que um dia essa valeta não abale e vá o autocarro para o buraco. Refere-se, também, à luz pública, dizendo que mandou um ofício à Câmara Municipal, outro à EDP, e outro à Empresa que faz as reparações no local, e até à data, não obteve resposta de nenhuma das três. Esta semana fez uma chamada para a EDP e ficou admirado quando lhe disseram que haviam muitos focos de luz apagados, mas que era a mando dos municípios. Termina, dizendo que gostaria de saber se o Município de Castro Daire também mandou desligar lâmpadas.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Em relação ao fontanário da Ponte Pedrinha, as informações que tem é que o fontanário é propriedade das Infraestruturas de Portugal, S.A.. De facto, o Presidente da Junta de Pepim tem solicitado, muitas vezes, ajuda no sentido de esse espaço ser intervencionado e é isso que se tem feito. Quanto à luz pública, reconhece que tem havido algumas situações um pouco complicadas, em que nos é dado conhecimento de algumas iluminarias

que não estão em funcionamento. O Gabinete de Apoio ao Presidente, mais concretamente a D.ª Elisabete Almeida, tem tomado nota de todas essas situações e reportado à EDP. Em sua opinião, era importante marcar-se uma reunião com os responsáveis da EDP, no sentido de tentar-se ultrapassar algumas questões que a todos preocupa.----------

---------**Presidente da Junta de Freguesia de Moledo:** Refere-se, também, à iluminação pública, para dizer que há uma série de reclamações, nomeadamente, em zonas residenciais, zonas de pessoas idosas. Da sua parte, estará disponível, enquanto Presidente de Junta para, e, provavelmente, os seus colegas também, para, em conjunto, tomarem uma posição de força junto da EDP e demonstrarem que se encontram muito desagradados com toda esta situação, que só penaliza as pessoas, as freguesias e o município. Refere, também, que devido às intempéries que aconteceram nos últimos dias, há uma série de buracos nas estradas municipais. Solicita, quando o tempo o permitisse e logo que fosse possível, fosse feita uma reparação nesses buracos para que as pessoas pudessem circular em segurança. Diz, ainda, que, na sua freguesia, há duas situações relacionadas com os postes de transformação elétricos, que não estão resolvidas. Uma delas, é no lugar da Moita. Foi feito o ramal, foi colocado, inclusive, o fio nos postes e, até este momento, não está ligado. Outra situação, são mais dois PTs no lugar da Cela e de Lamas, na zona industrial, junto às pedreiras. Esta situação tem vindo a prejudicar grandemente os empresários locais, porque eles trabalham com geradores, e agora, com a subida do gasóleo, os gastos são mais elevados. Termina, associando-se à causa dos Bombeiros, para dizer que já foi contactado e que estará sempre disponível para contribuir naquilo que lhe for possível. Deixa uma palavra de apresso às pessoas que dão a cara pelos Bombeiros e à aquelas que desenvolvem um trabalho meritório e que no fundo, mesmo em tempos difíceis, como os que têm sido estes últimos.----------

--------- **António Luís Fernandes Ferreira:** Em relação aos Bombeiros, refere que os Bombeiros são, neste momento, um problema que é transversal a todos, porque o serviço que prestam, também é transversal a todos. Refere, ainda, que numa assembleia, já tinha dito que não se revia na forma como a gestão era feita, mas, no entanto, que colocava, acima de tudo, o interesse dos próprios Bombeiros, o funcionamento, a sua saúde, e neste aspeto, quer deixar o seu reconhecimento ao trabalho que está a ser feito, como foi dito, num período difícil, e mesmo assim, estão a conseguir fazer essa recuperação. Seguidamente, refere-se ao ringue que fica junto do Parque do Calvário, e da escola do 1.º ciclo, para dizer que, numa reunião com os professores das AECs, eles referiram que seria muito interessante se aquele espaço estivesse, pelo menos arranjadinho, limpinho e eles, era só atravessar a estrada, e poderiam usufruir daquele espaço, que não estando nas melhores condições, encontra-se em muito melhores condições do que o próprio recinto da escola. Termina, demonstrando o seu desagrado pela forma tardia como estão a chegar os documentos, e que devido a isso, não consegue ter tempo para marcar uma reunião de preparação da Assembleia Municipal, porque não sabe quando é que os documentos são enviados, porque começam a aproximar-se os últimos dias e os documentos chegam à terça, à quarta ou à quinta. Na sexta era a reunião. Com a ata ainda foi pior. Refere que não teve hipótese de ler a ata, sobretudo, porque devido ao facto de ter de acompanhar um familiar ao Hospital de Viseu, em que saiu do Hospital às três da manhã, não teve qualquer hipótese de a ler. Sugere que seja colocada à votação a dispensa da leitura da mesma, se por maioria se entender que está dispensada, não há problema, abstendo-se.----------

---------**2:º Secretário da Mesa, Presidente da Junta de Freguesia de Reriz:** Refere que a documentação chegou na quarta-feira, ao que o Senhor António Luís Fernandes Ferreira refere, que sim, mas quarta-feira é manifestamente tarde, se a reunião é na sexta-feira. A ata chegou na quinta-feira, pelas onze e cinquenta, o que não lhe deu oportunidade e não dará, basta surgir um

compromisso como surgiu e não tem essa possibilidade. É uma questão de organização, mas, também, uma questão de dignificação deste órgão.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Em relação ao fontanário, refere que estarão mais atentos a essa situação que, também, os preocupa e que terão de aceitar essa responsabilidade, que não lhes custará muito dar alguma dignidade ao espaço, na medida em que, realmente, é um espaço que é frequentado por muita gente. Quanto à forma tardia como estão a chegar os documentos para os membros da Assembleia, não haverá necessidade dessa situação, mas a necessidade de agilizar alguns processos no sentido de que todos os membros da assembleia tenham direito a analisá-los corretamente.----------

---------**Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira:** Refere-se, também, ao PT da Moita, dizendo que por causa da falta de luz na época de inverno, já deitou fora três toneladas de fruta, o que é muito prejuízo. Seguidamente, refere-se a um penedo que está na Soalheira, para dizer que evita passar na Nacional, porque tem a sensação, que o penedo vai cair a qualquer momento. A água continua a escorrer pelo morro abaixo, e não sabe até que ponto aquele penedo não será perigoso e venha por ali abaixo.----------

---------Intervém o Presidente Junta de Freguesia da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, dizendo que o penedo já se encontra ali há muitos anos, O que aconteceu foi que aquela terra foi colocada lá, conforme foram desaterrando o terreno. O penedo não corre qualquer risco, porque debaixo dele existe suporte.----------

---------Intervém, novamente, o Membro da Assembleia Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira referindo-se, também, à falta de iluminação na rotunda do Carvalhal, no acesso à A24. Diz que sabe que há um problema de orçamento por parte da empresa que está a gerir a autoestrada, mas que se devia tentar chegar a um acordo, para ligar uma luz e duas não.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Em relação à iluminação nos nós da A24, informa que foi o próprio Conselho da Administração da Operscut, numa perspetiva de contenção de custos, que entendeu que a iluminação dos nós fosse desligada. Não é uma competência do Município de Castro Daire, no entanto, poder-se-á tentar agendar uma reunião para que as luzes não fossem desligadas na sua totalidade.----------

---------**Constantino Duarte Silva:** Refere que todos se lembram da última sessão, em que foi aprovado um regulamento para atribuição de um cartão sénior, em que eram precisos dois critérios para a sua atribuição, que era o valor económico e a residência. Isto levou-o para o Enxoval do Bebé, porque o Enxoval do Bebé, em sua opinião, ajuda os pais das crianças que possam vir a nascer. Diz, ainda, que, se para atribuir o Cartão VIVER MAIS, precisamos que as pessoas residam em Castro Daire, porque é que ao atribuir o Enxoval do Bebé, não atribuímos aos pais residentes no concelho, mas sim, à criança que foi registada no concelho. Qual é a diferença, se for com a sua esposa a Viseu para ter um filho na maternidade, por falta da sua vontade, ou por desconhecimento, regista o seu filho no hospital, na freguesia de Santa Maria, onde está instalado o hospital distrital de Viseu. Chega à Câmara, e reside, mais a sua esposa, na freguesia de Cujó, para requerer o Enxoval do Bebé, e não lhe é atribuído porque o seu filho foi registado em Viseu. Pergunta quantos bebés é que nascem no Porto e são registados em Castro Daire, e depois vão morar para o Porto. Quantos bebés é que nascem no Porto e vêm viver com os pais para o município de Castro Daire, porque eles são residentes em Cujó, ou em Castro Daire, ou noutra freguesia do município. Em seu entender, o problema está se a atribuição deste enxoval é para a estatística ou se é um incentivo à natalidade, para colmatar a desertificação do concelho. Pergunta, também, qual é que é melhor, se atribuírem o enxoval do bebé a uma criança que foi registada em Viseu, mas que, automaticamente, três dias

depois vem a residir para Cujó, com os pais, porque é lá que eles residem, ou se é atribuir um subsídio a uma criança que nasceu em Viseu, mas foi registada em Castro Daire, e que saiu de Castro Daire para ir residir para Viseu, porque os pais residem lá. Na sua opinião, o enxoval do bebé, deve ser atribuído, não a onde o filho nasceu, mas a onde o filho vive com os pais, porque, natalidade não tem a ver com local de nascimento, mas com o local onde o filho é registado. Termina, congratulando-se com a descentralização das comemorações do Dia do Autarca, neste caso, viradas para a Beira Alta Serrana, onde, também, existiram e existem autarcas honestos, trabalhadores, em prol das suas freguesias, mas, também, onde existem gentes com as mesmas qualidades e valores dos autarcas, que é preciso ouvir, que lhe é preciso dar ouvidos, porque eles, também, têm necessidades e de onde sopram bons ventos para os cofres do município.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Refere que objetivo do enxoval do bebé é o incentivo à natalidade. Em sua opinião, o que se deve fazer é tentar conciliar as duas situações. Fazer com que os bebés sejam registados no concelho de Castro Daire, mas que os seus pais, também, residam e habitem no concelho de Castro Daire.----------

---------**Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira:** Pede, novamente, a palavra, para se referir ao Enxoval do Bebé. Propõe que fosse revisto o regulamento do Enxoval do Bebé, pois teve uma bebé à pouco tempo, e não recebeu o subsídio por sua culpa. Refere que não há nenhum ponto, nenhum artigo que justifique a entrega fora de prazo. Esteve com a sua filha internada, entretanto, ela teve algum tempo de recuperação, entregou a documentação quatro dias fora de prazo e foi-lhe indeferido o pedido. Reclamou e a justificação é que não há nenhum artigo para as entregas fora de prazo. Em sua opinião, é lamentável, devem ser revistos esses pontos. Inclusive, foi buscar o atestado ao médico para provar o internamento da bebé, e a médica até lhe disse o seguinte: "*Olha Sónia, eu acho que se ela nasceu, está registada em Castro Daire, devia ser automático. Nem devia ser uma candidatura. Tu e o teu marido residem em Castro Daire, a tua filha é registada em Castro Daire, devia ser uma prenda. Devia ser automático*". Em sua opinião, concorda que devia ser automático, devia ser uma prenda, até de boas vindas. Propõe que seja verificado o regulamento.----------

---------**Presidente da Junta de Freguesia de Cabril:** Refere-se, também, ao Enxoval do Bebé, para dizer que há uma coisa que está mal no regulamento. É que o regulamento não exige que os pais residam no concelho, exige apenas que um dos pais resida cá, e aí é que está errado. Deveriam ser os dois. Seguidamente, refere que já se falou, ali, em relação a duas Empresas. Uma, foi a EDP. Diz que na última reunião, falou que havia uma série de lâmpadas, em Cabril, que estavam desativadas. A EDP ligou-lhe a dizer que ia fazer uma vistoria à freguesia, só que, até à data, nada foi feito. Seguidamente, pergunta para quando a ligação do PT de Lodeiro. Já lá vão quase dois anos e as Infraestruturas de Apoio à Prática de Desporto/Aventura no Rio Paiva/Lodeiro, ainda não têm luz. A outra Empresa de que se falou, foi da Infraestruturas de Portugal. Refere que, em Cabril, há oito dias que estão taludes caídos. Seguidamente, refere-se ao fontanários, dizendo há um fontanário, a seguir à Ponte Tenente, onde pára muita gente para abastecer, encontrando-se aquele espaço em mau estado. Enviou um ofício à Infraestruturas de Portugal e eles responderam que não têm nada a ver com as águas, isso é da competência da ERSAR. O Senhor Presidente da Junta refere que lhes disse que foram eles, a Infraestruturas de Portugal, que fizeram o fontanário, arranjaram aquele espaço e que agora diziam que não era deles. Então, se não era deles, não havia problema nenhum em ir buscar a água e levá-la para um terreno seu. Passado oito dias, estavam a compor o fontanário. Quanto aos Bombeiros, a Junta de Freguesia sempre colaborou com os Bombeiros e continuará a colaborar.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Quanto ao PT para o Lodeiro, refere que o projeto se encontra na EDP e que estará em fase de aprovação. Em relação às derrocadas, informa que contactou com o Eng.º Vítor Maia, das Infraestruturas de Portugal e a estrada mais problemática que tivemos no concelho de Castro Daire foi a Estrada Nacional 225, em que ouve uma série de derrocadas e eles tiveram algumas dificuldades em deslocalizar para lá os meios, no sentido de desobstruírem a estrada. Houve derrocadas em várias estradas municipais, nomeadamente, em Sobradinho, na Ermida, na vila, em Parada, ouve uma série de situações que, também, os preocuparam em demasia. Os meios são escassos e obrigam-nos, muitas vezes, a fazer um esforço redobrado para que as situações se resolvam num curto espaço de tempo.----------

---

---------Nesta altura é feita a chamada, estando a faltar os Membros da Assembleia, Senhores Susana Margarida Pereira Rodrigues, Augusto Rodrigues Silva Andrade e o Presidente da Junta de Freguesia de Cujó.----------

---

---------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**----------

Ponto 01 - **Leitura, apreciação e votação da ata da sessão anterior.**----------

---------O Senhor Presidente da Mesa informa que a ata, referente à sessão da Assembleia Municipal realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil e quinze, é um pouco extensa. Propõe a dispensa da leitura da mesma, sendo a proposta aprovada.----------

---------Pediu a palavra o Senhor Membro da Assembleia José Manuel Carneiro Pereira para referir que na página 6 da ata, no que refere à alteração às condições de acesso, onde diz remuneração mínima mensal garantida, passa a ler-se salário mínimo. Depois tem 16 votos a favor, 10 votos contra e 5 abstenções. Votaram contra os membros da Assembleia José Manuel Carneiro Pereira, e a seguir, tem a justificação do voto daqueles que apresentaram declaração de voto. Na sua declaração de voto diz o seguinte: "**José Manuel Carneiro Pereira:** Declaração de voto: "A minha abstenção...", não pode ser abstenção, porque votou contra. A sua declaração de voto era no sentido de: "O meu voto contra deve-se ao facto de se dizer que é dentro do município que as pessoas se podem deslocar gratuitamente, o *que quer dizer que, aquelas que vão a Viseu fazer compras, também se podem deslocar, por exemplo, das Monteiras até Adenodeiro, de graça, e vão fazer compras a Viseu, o que prejudica o mercado em Castro Daire*". Refere que foi essa a sua declaração de voto e não a que consta na ata. Seguidamente, refere que no final do ponto diz: *"votaram contra os Senhores José Manuel Carneiro Pereira, Paulo Martins de Almeida..."*, "*abstiveram-se os Senhores António Luís Fernandes Ferreira, Paulo Martins de Almeida...*", o que quer dizer que o Paulo Martins de Almeida votou contra e absteve-se no mesmo ponto. Em seu entender, no primeiro que votaram contra, onde diz Paulo Martins de Almeida, deve dizer Paulo Jorge Morais Carneiro.------

---------***Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 29 votos a favor e 5 abstenções.***----------

Abstiveram-se os Senhores Membros João Cândido da Silva Henrique, Armando Rodrigues de Lemos, Maria de La Salete de Almeida Duarte, Margarida Helena S. M. Mano Guimarães e o Presidente da Junta de Freguesia de Almofala.----------

---

Ponto 02 - **Pedido de autorização, nos termos do número 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 d dezembro - LOE 2015 - para recrutamento, no âmbito da reserva de recrutamento a**

que se refere o número 2, do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, por tempo indeterminado de: Referência C (Divisão Administrativa): ATÉ 3 assistentes operacionais para o Espaço Cidadão, Aviso n.º 4467/2014, Diário da República, 2.ª Série, n.º 64, 01/04/2014.----------

---------Sobre este ponto pediram a palavra os Senhores Membros:----------

---------**Vice- Presidente da Câmara Municipal:** Refere que para dar cumprimento às exigências do funcionamento do Espaço Cidadão, é necessária a contratação de recursos humanos. Dado que nos quadros do Município não existem colaboradores que possam serem deslocalizados para esse espaço, e como ainda há candidatos na lista de reserva do procedimento concursal para assistentes operacionais e, de acordo com os princípios legais, vão utilizar os mesmos para suprir essas dificuldades.----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que no espaço de um ano, houve a entrada de 20 assistentes operacionais por tempo indeterminado. Refere, ainda, que gostava que, para além da necessidade apresentada, lhe confirmasse se neste momento a autarquia acolhia 180 contratos de emprego inserção. Todos viram nos últimos relatórios de contas, o desequilibro das contas, precisamente, por causa da admissão de pessoal. Ainda no mês de janeiro, já numa fase bastante adiantada, foram recrutadas oito pessoas por tempo indeterminado. Diz, também, que o preocupa este desequilíbrio, que é cada vez maior, porque, em seu entender, não é justo deixarmos uma carga deste tamanho para as gerações que hão-de vir. Essas gerações vão ter que pagar tudo isto e, para além disso, não vão ter qualquer possibilidade de aspirar a um emprego no município, porque vai ficar tudo completamente esgotado. Num espaço de um ano, foram 20 assistentes operacionais por tempo indeterminado. Agora estão a ser propostos mais três. Propõe que se faça a mobilidade, aproveitando os que estão. Sugere, também, que os despachos que são publicados na autarquia, fizessem referência ao aviso de abertura do concurso que está subjacente, para ser mais fácil de localizar e enquadrar.----------

---------**José Manuel Carneiro Pereira:** Refere que na sessão de dezembro, foi aprovado até sete assistentes operacionais. Esse pedido de autorização referia o aviso n.º 4936, do Diário da República do dia 10/04/2014, em que, textualmente, nesse aviso, dizia que era abrir concurso para cinco assistentes operacionais. Um para a Divisão de Educação, outro para a Divisão Financeira, outro para a Divisão Administrativa e dois para o Estabelecimento Termal. Como é que o aviso contempla cinco assistentes operacionais e a Assembleia aprovou até sete, mas que na realidade, foram oito, porque, tem conhecimento que em fevereiro entraram oito assistentes operacionais para a câmara. Pergunta: qual foi o aviso, qual foi a autorização da Assembleia para esses oito, pois a Assembleia aprovou até sete, mas entraram oito. Termina, dizendo que neste pedido de autorização refere que contempla o aviso número 4467, e é até dez. Termina dizendo que, sobre este, já entraram alguns e vão entrar, agora, mais estes três.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Refere que se há a criação de um novo serviço e se não há colaboradores que se consigam deslocalizar para a abertura da Loja do Cidadão, só tem uma forma de o fazer, é recrutar pessoal. Refere, ainda, que tem, também, a utilização de uma lista de reserva e, é aí que vão fazer esse recrutamento. Têm cumpridas todas as limitações que são impostas ao Município pelo Orçamento de Estado. Quanto ao recrutamento do pessoal, nunca violaram essas leis, porque se isso acontecesse, com certeza o Município seria penalizado. Desta forma e havendo a necessidade do recrutamento das pessoas para um novo serviço que vai ser posto à disposição dos munícipes em Castro Daire, não têm outra solução que não fazer a abertura para a entrada de três assistentes operacionais.----------

---------**José Manuel Carneiro Pereira:** Refere que gostava de saber a data da imposição para se criarem novos postos de trabalho para a Loja do Cidadão, porque tem conhecimento que quem foi às ações de formação para abrir a Loja do Cidadão, não é nenhum dos que irá entrar, mas três funcionários que já estão a tempo indeterminado na Câmara Municipal.----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que gostaria de saber se, de facto, o município tem 180 CEIs.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Refere que os 180 CEIs não podem ser localizados, pois não têm competência para irem trabalhar para a Loja do Cidadão. De facto, houve pessoas que tiveram formação na área, mas não sabe quem são as pessoas que vão ser colocadas no Espaço Cidadão. Se não forem, é sinal que serão necessárias nos serviços que, até aqui, estavam a executar.----------

---------***Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 21 votos a favor, 8 votos contra e 5* abstenções.**----------

Votaram contra os Senhores Membros António Luís Fernandes Ferreira, Paulo Martins de Almeida, José Manuel Carneiro Pereira, Paulo Jorge Morais Carneiro, Maria de La Salete de Almeida Duarte, Margarida Helena S. M. Mano Guimarães, Armando Rodrigues de Lemos, Vítor Alexandre da Fonseca Dória.----------

Abstiveram-se os Senhores Membros Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Mesio e Moura Morta, Presidente da Junta de Freguesia de Gosende, Presidente da Junta de Freguesia das Monteiras e Adérito Duarte Pereira.----

---

Ponto 03 - Pedido de autorização, nos termos do disposto no número 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - LOE 2015 -, para abertura de procedimento concursal com vista ao recrutamento de 1 Técnico Superior da área de engenharia civil para a Divisão de Obras Municipais e Ambiente:----------

Número	Carreira	Categoria	Modalidade/contrato
1	Técnico Superior	Técnico Superior	Tempo Indeterminado

---------Sobre este ponto pediram a palavra os Senhores Membros:----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que quando falou na questão dos CEIs, foi porque ficou provado que, de facto, o desequilíbrio nas contas, teve a ver com a despesa que é gerada por esses contratos. Em relação ao ponto em questão, não vê que exista algum acréscimo em termos de obras que justifique a abertura do concurso. Refere que, também, têm a informação que foi consolidada a mobilidade de um engenheiro para os serviços da autarquia. Termina, dizendo que vai votar contra.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Quanto à questão das contas desequilibradas, esclarece que as contas do município nunca estiveram tão equilibradas quanto agora. Não vale a pena estarmos a iludir as questões e levantarmos a questão de que é através da contratação do contratos emprego inserção que as contas do município estão desequilibradas. As contas do município estão muito bem equilibradas. O prazo de pagamento aos fornecedores é do mais curto que há em termos dos municípios do distrito de Viseu. Os empréstimos às instituições diminuíram de forma significativa, as dívidas a fornecedores, quer de conta corrente, quer aos fornecedores de imobilizado, também diminuíram de forma significativa. As contas do município não estão em desequilíbrio, estão perfeitamente controladas, pelo qual, inclusivamente, o município de Castro

Daire contribui para o Fundo de Apoio Municipal, com um valor de cerca de 800.000 euros para ajudar, isso sim, Municípios que estão em desequilíbrio financeiro. Relativamente à questão do ponto três, as necessidades decorrentes do serviço que levaram a que este posto de trabalho fosse ocupado por uma situação de mobilidade interna, cujo prazo final se aproxima. Visto que essa necessidade se continua a verificar e mostra-se determinante para o bom funcionamento do serviço, é indispensável o preenchimento deste posto de trabalho a título definitivo.----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que, pela primeira vez, o balanço foi negativo, e que foi o Senhor Vice-Presidente, na altura, que disse que se devia à despesa com os contratos emprego inserção. Falou na contabilidade e no desequilibro das contas, são lacunas de conhecimento científico, mas o que queria deixar claro, é que o resultado foi negativo, e foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, na altura em que foram apresentadas as contas, que tinha a ver com os contratos emprego inserção. Era o que queria dizer e não que as contas estavam desequilibradas.----

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Refere que não justificou o resultado negativo do exercício com os contratos emprego inserção, justificou com as amortizações que foram feitas em termos de imobilizado, que era um valor bastante significativo.----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que na altura não foi isso que perceberam.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Refere que é o que consta na ata e foi isso que, efetivamente, foi dito, dando a justificação do prejuízo que foi apresentado, em termos de prestação de contas relativo ao ano de 2014, que teve a ver com as amortizações do imobilizado do município.-

---------**Paulo Martins de Almeida:** Sobre uma afirmação do Senhor Vice-Presidente, refere que não podemos confundir situação financeira e situação económica. Situação financeira é uma coisa e situação económica é outra. Todos sabemos e é fácil saber que uma empresa que tenha uma situação económica negativa, pode até ter uma situação financeira boa num momento, mas se a situação económica continuar negativa durante muito tempo, vai traduzir-se numa situação financeira problemática. Era só esse esclarecimento que queria prestar, porque ficou no ar que não havia nenhuma situação complicada relativamente às contas. Há, se continuar a ser.----------

---------***Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 8 votos contra.***----------

Votaram contra os Senhores Membros António Luís Fernandes Ferreira, Paulo Martins de Almeida, José Manuel Carneiro Pereira, Paulo Jorge Morais Carneiro, Maria de La Salete de Almeida Duarte, Margarida Helena S. M. Mano Guimarães, Armando Rodrigues de Lemos, Vítor Alexandre da Fonseca Dória e absteve-se o Membro da Assembleia Senhora Regina Almeida Ribeiro.----------

---

<u>Ponto 04</u> - <u>Designação, nos termos da alínea l), do número 1, do artigo 17.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro, de quatro (a) pessoas de entre os Cidadãos eleitores, preferencialmente, com especiais conhecimentos ou capacidades para intervirem na área das Crianças e Jovens em Perigo</u>.----------

---------Sobre este ponto, o Presidente da Assembleia Municipal propõe que sejam reconduzidos para intervirem na área das Crianças e Jovens em Perigo, os Cidadãos:----------

- Dr.ª Carla Marisa Ferreira Diogo;----------
- Prof.ª Georgina Marques Pereira Ferreira;----------
- Prof.ª Maria Judite Gaspar de Paiva;----------

◆ Dr. António Beato Serra.----------

---------***A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recondução dos Cidadãos Dr.ª Carla Marisa Ferreira Diogo, Prof.ª Georgina Marques Pereira Ferreira, Prof.ª Maria Judite Gaspar de Paiva e Dr. António Beato Serra para intervirem na área das Crianças e Jovens em Perigo.***----------

---

Ponto 05 - **Análise, votação e discussão, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b), número 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, no valor de 0,25% para o ano de 2017.**----------

---------Sobre este ponto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal refere que, à semelhança dos outros anos, é necessária a aprovação da taxa dos direitos de passagem, sendo proposto que seja mantido nos 0,25%.----------

---------***Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.***----------

---

Ponto 06 – Tomar conhecimento e ratificar a listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito do artigo 19.º, da Norma de Execução Orçamental, contida nos documentos provisionais de 2015.----------

---------Sobre este ponto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal refere que é só para conhecimento dos compromissos plurianuais que foram assumidos e que transitaram, com efeitos financeiros, em 2016.----------

---------***Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.***----------

---

Ponto 07 - **Apreciação, nos termos da alínea c), do número 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como da sua situação financeira.**----------

---------Sobre este ponto pediram a palavra os Senhores Membros:----------

---------**José Manuel Carneiro Pereira:** Chama a atenção para o facto de na informação escrita do Senhor Presidente não constarem, desde junho de 2015, obras por empreitada. Apenas constam concursos desde dezembro, mas obras que estão a decorrer, zero.----------

---------**Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Informa que tem uma listagem das obras que já têm projeto e que irão ser concursadas, que passa a mencionar:----------

◆ Pavimentação da Estrada do Souto da ligação à EB1 da União de Freguesias Mamouros Alva e Ribolhos;----------

◆ Elaboração dos cadastro de rede de trabalhos especializados;----------

◆ Elaboração dos cadastro de rede de software;----------

◆ Elaboração dos cadastro de rede cartografia;----------

◆ Infraestruturas e pavimentação da Rua das Presas aos depósitos, com ligação à Capitão Salgueiro Maia,----------

◆ Requalificação e pavimentação da Rua da Roçada, da Rua Padre Tavares, Rua Central e Largo da Igreja;----------

◆ ETAR de Castro Daire.----------

Ponto 08 - **Aprovação, nos termos do número 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da ata em minuta, para produção de efeitos do disposto no número 4, do já mencionado artigo 57.º, do mesmo diploma legal supra mencionado.**----------

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 34 votos a favor, aprovou a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do disposto no número 3 e para efeitos do articulado no número 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

---

---------E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Albino dos Reis Ramos, deu por encerrada a sessão, eram onze horas e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Luísa Guedes de Albuquerque, Assistente Técnica, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

-Albino dos Reis Ramos-

A SECRETÁRIA,

-Ana Luísa Guedes Albuquerque-